



LEI MUNICIPAL Nº 4.167/2025

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Restinga Sêca para o exercício financeiro de 2026.

NORTON SOARES DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 117.780.000,00 (cento e dezessete milhões, setecentos e oitenta mil reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1- RECEITAS CORRENTES	81.497.475,00	39.921.725,00	124.419.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.319.665,00	96.300,00	20.415.965,00
Receita de Contribuições	0,00	3.791.000,00	3.791.000,00
Receita Patrimonial	539.200,00	10.395.000,00	10.934.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	300,00	52.561,00	52.861,00
Transferências Correntes	60.244.000,00	24.393.164,00	84.637.164,00
Outras Receitas Correntes	394.310,00	1.193.700,00	1.588.010,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	112.200,00	112.200,00
Operações de crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	111.500,00	111.500,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	700,00	700,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
7 - Receitas Intra orçament.	0,00	8.859.000,00	8.859.000,00
9 - Deduções da Receita	(12.610.400,00)	0,00	(12.610.400,00)
TOTAIS	68.887.075,00	48.892.925,00	117.780.000,00





Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 117.780.000,00 ((cento e dezessete milhões, setecentos e oitenta mil reais), sendo:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 79.523.869,19 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos);

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 38.256.130,81 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta reais e oitenta e um centavos).

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	63.271.745,91	35.220.271,45	98.492.017,36
Pessoal e Encargos	29.588.042,01	26.761.996,57	56.350.038,58
Juros e Encargos da Dívida	2.796.835,20	0,00	2.796.835,20
Outras Despesas Correntes	30.886.868,70	8.458.274,88	39.345.143,58
DESPESAS DE CAPITAL	5.143.329,09	129.097,55	5.272.426,64
Investimentos	3.122.217,08	129.097,55	3.251.314,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.021.112,01	0,00	2.021.112,01
RESERVA RPPS	0,00	13.543.556,00	13.543.556,00
Reserva de Contingência	472.000,00	0,00	472.000,00
TOTAIS	68.887.075,00	48.892.925,00	117.780.000,00

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7º em seu parágrafo único da Lei Municipal nº 4.148/2025, de 1º de outubro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I - ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- Anulação parcial ou total de suas dotações;
- Incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- Excesso de arrecadação.

II - ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

EDUCAÇÃO E PROGRESSO

Art. 8º Os limites autorizados no artigo 7º não serão onerados quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

IV - excesso de arrecadação.

Parágrafo único. As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

Art. 10. Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11. O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.


Art. 12. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.148/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 10 de dezembro de 2025.


NORTON SOARES DA ROSA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.


JANONE DA SILVA SANTOS
Sec. Municipal de Administração

